

CONSIDERAÇÕES RELEVANTES ACERCA DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS SURDAS NO COTIDIANO EDUCACIONAL



RELEVANT CONSIDERATIONS ABOUT THE INCLUSION OF DEAF CHILDREN IN EVERYDAY EDUCATION

CAMILA OLIVEIRA REIS

Licenciatura plena em Pedagogia Uniesp S.A / Faculdade Santa Marina (2009). Especialização em Ludopedagogia Faculdade de Ciências e Tecnologia Paulistana (2018). Especialização em - Gestão e Organização da Escola com Ênfase em Coordenação Escolar pelo Instituto Educar Rede (2024).

RESUMO

Por meio da história, é possível notar que, por um longo período, indivíduos com algum tipo de deficiência eram excluídos da sociedade e enfrentavam severas dificuldades. A transformação dessa realidade ocorreu de maneira gradual e resultou em uma nova perspectiva, a qual ainda é bastante recente nas escolas brasileiras e que denominamos educação inclusiva. Essa abordagem reconhece que todos somos diferentes e temos necessidades distintas. A partir dessa visão, entendemos a importância de compreender e respeitar o mundo do próximo. Essa habilidade de reconhecimento veio para enriquecer ainda mais nossa sociedade, assim como o ambiente escolar, que está se tornando progressivamente mais aberto e diverso, possibilitando que um número maior de alunos se sintam inseridos e acolhidos. O presente artigo foi escrito partindo das reflexões sobre as referências bibliográficas levantadas acerca do tema.

Palavras-chave: Inclusão; Educação; Surdez.

ABSTRACT

Throughout history, it is possible to see that, for a long time, individuals with some kind of disability were excluded from society and faced severe difficulties. The transformation of this reality occurred

gradually and resulted in a new perspective, which is still quite recent in Brazilian schools and which we call inclusive education. This approach recognizes that we are all different and have different needs. From this perspective, we understand the importance of understanding and respecting the world of others. This ability to recognize has enriched our society even more, as well as the school environment, which is becoming progressively more open and diverse, enabling more students to feel included and welcomed. This article was written based on reflections on the bibliographical references collected on the subject.

Keywords: Inclusion; Education; Deafness.

INTRODUÇÃO

Neste espaço, abordaremos a importância da inclusão de crianças surdas, ressaltando seu direito a uma educação de excelência, além de garantir que todas as suas habilidades sejam desenvolvidas e reconhecidas.

A proposta é convidar todos a ponderar sobre as questões relacionadas à inclusão de alunos surdos no ambiente escolar, reconsiderando atitudes e as condições em que a educação é disponibilizada para esses estudantes.

Ao considerar essas circunstâncias, busca-se criar um novo padrão de acesso para crianças surdas, valorizando sua cultura e contribuindo para que se tornem adultos confiantes e engajados na sociedade.

Perceber a criança surda como um indivíduo integral é fundamental para que seu crescimento aconteça de maneira saudável e satisfatória. No entanto, para que isso se concretize, é essencial que ela tenha acesso e utilize a Língua Brasileira de Sinais.

Um aspecto crucial abordado neste estudo é a forma de acolher um estudante surdo, reflexões que permeiam a mente de professores e instituições de ensino, uma vez que há preocupação em entender como se realizará esse processo de inclusão.

As dúvidas que surgem são diversas, como, por exemplo, se os professores estão capacitados para atender esse estudante, ou de que forma ele poderá interagir com seus colegas de classe e outros alunos da escola, além do pessoal da instituição de ensino.

Ademais, é fundamental que essa questão seja debatida de maneira abrangente, não apenas quando se anuncia a inclusão de uma criança surda na escola, mas deve ser um esforço coletivo para garantir que a inclusão seja efetiva. Mais importante ainda, é assegurar que essa criança se sinta plenamente integrada à sociedade em que vive.

DESENVOLVIMENTO

Aprender LIBRAS é fundamental para todos, não apenas para as pessoas surdas. Reconhecer isso nos faz entender que os surdos fazem parte da sociedade e têm o direito de serem reconhecidos, além de participarem ativamente de todas as dimensões da vida cidadã, desfrutando de experiências e sendo respeitados por suas singularidades.

É uma vantagem poder interagir com a diversidade, ou seja, a habilidade de compreender e valorizar o próximo, possibilitando o compartilhamento com indivíduos que possuem características distintas das nossas.

Nesse cenário, o apoio educacional e os serviços didáticos, incluindo os especializados quando necessários, não devem limitar ou prejudicar as atividades que os estudantes com deficiência realizam em conjunto com seus colegas em sala de aula. É essencial valorizar a diversidade e assegurar que as intervenções pedagógicas promovam tanto o desenvolvimento social quanto o cognitivo de alunos com e sem deficiência.

A inclusão avança anualmente, trazendo consigo o desafio de assegurar uma educação de qualidade para todas as pessoas. Nas instituições de ensino inclusivas, os estudantes aprendem a lidar com as diferenças e se tornam cidadãos mais solidários. Este modelo propõe um sistema educacional unificado, que ofereça qualidade a todos os alunos, independentemente de terem ou não alguma deficiência e de quaisquer outras condições.

A inclusão é fundamentada em determinados princípios: o reconhecimento das diferenças individuais como características positivas em vez de barreiras, a valorização da diversidade como um elemento essencial para o crescimento coletivo, o direito de todos pertencem a um grupo, e a equidade de valor entre minorias e majorias. O sucesso da educação inclusiva não depende apenas da habilidade do sistema escolar — que inclui diretores, professores, pais e outros envolvidos — em encontrar soluções para a diversidade presente nas salas de aula, mas também do comprometimento em garantir que nenhum aluno seja excluído devido a particularidades de sua educação.

A Declaração de Salamanca, estabelecida em 1994, defende que o direcionamento de estudantes para instituições especiais ou a criação de turmas exclusivas deve ser a exceção, recomendada somente quando a educação regular não conseguir atender adequadamente às demandas educacionais ou sociais do aluno, e isso tiver sido comprovado de maneira clara. Essa abordagem frequentemente reflete as pressões e expectativas de educadores, sem realmente abordar as necessidades genuínas dos alunos. As razões para essas escolhas geralmente estão ligadas à falta de formação adequada e ao despreparo dos professores. A deficiência de um indivíduo

não deve ser vista, por si só, como um impedimento que limita o pleno desenvolvimento de suas capacidades.



Fonte: <https://escolasdobem.com.br/desafios-educacao/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

O debate sobre a união e a inclusão gera uma série de polêmicas persistentes, envolvendo associações de educadores e profissionais da saúde que se dedicam ao atendimento de pessoas com deficiência, além de paramédicos e outros profissionais.

que atendem terapeuticamente crianças e adolescentes enfrentando dificuldades escolares e de integração social. (Mantoan, 2003, p. 20).

Com base nessa ideia, a instituição de ensino especializada se transformou no local mais escolhido em uma sociedade que exclui, onde os estudantes são segregados com base em suas características distintas.

Ao analisar o funcionamento das instituições de ensino espacial, percebe-se que a maior parte da sociedade prefere evitar o enfrentamento das diversidades, optando por permanecer em sua área de conforto, sem confrontar seus preconceitos e temores.

As instituições de ensino público ainda não suprem adequadamente a diversidade entre seus estudantes, pois persiste uma clara carência de conhecimento entre os integrantes das instituições educacionais.



Fonte: <https://eurio.com.br/noticia/16113/desabafo-de-aluna-surda-para-incluir-libras-na-escola-viraliza-nas-redes-sociais.html>. Acesso em: 15 abr. 2025.

Certas instituições de ensino públicas estão sugerindo uma transformação nas abordagens pedagógicas. Muitas das partes envolvidas nas escolas reconhecem a urgência de reimaginar a escola como um ambiente de aprendizado e experiências, voltado para preparar os alunos para a realidade do mundo.

Além de reconhecer, é fundamental que haja um empenho em perseguir esse futuro, entendendo que cada indivíduo é relevante e contribui para a construção de uma sociedade.

Essa comunidade se constrói através da criação de ambientes inclusivos, superando as barreiras geradas pelas diversidades e apresentando soluções para que as diferenças deixem de ser um desafio e se transformem em um elo que une uma nova coletividade.

A Declaração de Salamanca (1994) válida os sistemas de educação especial, fundamentando-se na ideia de que as instituições de ensino devem receber todas as crianças, sem distinção de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou de qualquer outra natureza.

Todas as pessoas cujas necessidades estão relacionadas a alguma condição, seja uma deficiência física ou um desenvolvimento cognitivo, têm o direito de participar de programas destinados a todos os alunos, independentemente de suas necessidades.

A escola tem a responsabilidade de oferecer uma educação de excelência a todos, empenhando-se em eliminar práticas discriminatórias, criando ambientes acolhedores e incentivando a inclusão.

É fundamental que a instituição de ensino ajuste seus ambientes para acolher as necessidades de todos os envolvidos, sejam eles estudantes ou educadores, valorizando o ritmo individual e o percurso que cada um realiza em seu aprendizado, ao mesmo tempo em que se opõe às pressões sociais que discriminam o que é visto como diverso.

Uma perspectiva inclusiva está alinhada com os fundamentos que guiam a Escola Plural, cujos princípios se fundamentam na aceitação das diversidades como algo natural. O foco da educação deve ser o fortalecimento das capacidades de cada aluno, evitando a imposição de um único método de aprendizagem que desconsidere as particularidades de cada indivíduo.

Nesse contexto, é fundamental reconhecer que todas as crianças devem compartilhar o mesmo espaço e, por conseguinte, aprender em conjunto. Portanto, é essencial que elas aprendam lado a lado, sempre que viável, independentemente das diferenças que possam existir entre elas.

Para que a inclusão se torne realidade, é fundamental que se busque criar ambientes apropriados, reestruturar os projetos educacionais e investir na capacitação dos educadores.

Essas práticas e diretrizes devem transcender o princípio que regula a inclusão da educação especial; é essencial que sejam estruturadas e alinhadas aos outros objetivos educacionais.

Essa integração fundamenta-se na equidade. O conceito de integração apoia-se na paridade de direitos e deveres, orientados pelas ações de cada pessoa e pela interação entre os indivíduos. Para que essa dinâmica ocorra, é essencial que os ambientes sejam acolhedores, limitando ao máximo as barreiras ao acesso de todos e valorizando a singularidade de cada um.

A inclusão na educação acontece através de um processo gradual, com iniciativas variadas que podem assumir diversas formas, dependendo das habilidades e desempenhos dos estudantes.

Esse processo educativo está ligado a todos os estudantes, independentemente de possuírem ou não necessidades educacionais específicas enquanto estão na instituição de ensino.

A inclusão no ambiente escolar oferece vantagens a todos, pois proporciona uma nova perspectiva sobre o sistema educacional, ao integrar a diversidade humana. Contudo, isso se tornará realidade apenas com a execução de projetos educacionais que abranjam todos os estudantes.

É fundamental ressaltar que os educadores também requerem uma formação que valorize as variadas abordagens de ensino e aprendizagem, afastando-se de forma definitiva da perspectiva técnica relativa aos métodos e processos educacionais.

Entretanto, é fundamental desfazer estigmas e eliminar preconceitos que, até os dias atuais, excluem e obstaculizam o progresso dos estudantes vistos como diferentes.

A partir de 1960, o Brasil passou a ver o surgimento de instituições como escolas especiais, centros de reabilitação e habilitação, oficinas de trabalho protegidas e clubes sociais.

A Educação Especial e as associações voltadas para ela surgiram como uma forma de apoio às pessoas com necessidades específicas, distinta do sistema educacional regular. Atualmente, uma nova abordagem tem sido proposta, buscando uma forma diferenciada de tratar essa modalidade de ensino. Essa perspectiva está alinhada com a Política Nacional de Educação Especial do MEC (MEC, 1994, p. 17). É fundamental destacar que a educação dos alunos com necessidades educacionais especiais tem como metas os mesmos objetivos que a educação de qualquer indivíduo. Diversas adaptações podem ser necessárias na estrutura e no funcionamento das instituições de ensino, a fim de que esses alunos possam acessar os recursos educacionais de que precisam atingir esses objetivos.

Diante disso, são implementados apoios e serviços educacionais específicos para auxiliar, complementar e, em certas situações, substituir o ensino tradicional, com o objetivo de garantir o aprendizado desse estudante. Esses apoios e serviços são elaborados e executados para oferecer respostas eficazes por parte do sistema educacional e da instituição de ensino, mesmo que de forma especial, às demandas educacionais diferenciadas que alguns alunos apresentam no ambiente escolar onde estão inseridos. As necessidades educacionais especiais são reconhecidas e determinadas com base na interação direta entre o aluno e a educação formal.

É fundamental considerar que, sob essa ótica, as distinções entre as necessidades educacionais especiais e as necessidades educacionais gerais tendem a se reduzir gradualmente, até que as particularidades de cada aluno sejam reconhecidas e atendidas por uma escola inclusiva de excelência. Quando essa condição não é observada, é essencial disponibilizar aos estudantes com necessidades educacionais especiais os recursos educacionais adequados que eles necessitam, a fim de garantir uma experiência escolar satisfatória e prevenir a multiplicação de práticas de discriminação e exclusão, bastante reconhecidas por educadores no Brasil.

Como membros de uma sociedade que almeja a democracia, é fundamental lutarmos por uma educação de excelência acessível a todos. Essa luta não permite exclusões, seja por quais razões forem. Contudo, é essencial que, além dos princípios declarados e das garantias legais, busquemos compreender de maneira profunda as condições efetivas da nossa educação, especialmente a

pública e obrigatória. A partir dessa compreensão, conseguimos identificar e dimensionar os aspectos chave que precisam ser transformados para que se alcance a qualidade desejada na educação.

O engajamento total se inicia na infância, tanto nas aulas quanto nos espaços de lazer e em iniciativas e serviços. Quando crianças com deficiência estão junto a seus colegas, nossas comunidades se tornam mais ricas em termos de compreensão e aceitação de todas as crianças. É fundamental que pressões sejam exercidas sobre os governos globais para abolirem a educação segregada e implementarem políticas de inclusão educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de a educação inclusiva ser um direito assegurado por legislação, ainda existem consideráveis obstáculos para sua implementação nas instituições de ensino convencionais, pois muitas escolas ainda não possuem a infraestrutura adequada para atender os alunos e suas particularidades.

A crença predominante era de que esses indivíduos deveriam se ajustar à definição de normalidade. Aqueles que não conseguiam se integrar eram afastados, sendo, portanto, impedidos de acessar o ambiente escolar.

Atualmente, ainda se pode notar que certas áreas da sociedade não compreendem o papel da educação especial. Há quem acredite que ela se restringe apenas a indivíduos com necessidades educacionais específicas. Apesar das diversas transformações ocorridas, torna-se essencial expandir e promover as iniciativas relacionadas ao atendimento de alunos com deficiência, para evitar que as instituições, mesmo que sem intenção, reproduzam ambientes de exclusão.

Assim, a educação especial é, de fato, uma categoria dentro do sistema de ensino. Seu objetivo é assegurar um suporte especializado para os estudantes que têm esse direito, proporcionando-o na rede de ensino convencional.

É fundamental esclarecer, embora isso ainda gere debates consideráveis, a relação entre educação inclusiva e educação especial. Apesar de suas diferenças, essas duas abordagens se complementam.

Assim, a educação inclusiva visa estabelecer ambientes adequados para acolher alunos com diferentes necessidades, abrangendo desde a administração até a configuração física dos espaços coletivos. Por outro lado, a educação especial complementa esse panorama, inserindo-se nesse contexto, mas oferecendo um atendimento mais direcionado e especializado.

REFERÊNCIAS

FALCÃO, L. A. **Surdez, cognição visual e Libras: estabelecendo novos diálogos**. Recife: Editora do Autor, 2014.

FERNANDES, E.; KELMAN, C. A. **Surdez e inclusão**. In: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 3.,1998, Foz do Iguaçu. Anais... Foz do Iguaçu: MEC/SEESP, 1998.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GOLDFELD, M. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio- interacionista**. São Paulo: Plexus, 1997.

MANTOAN, M. T. E. **O desafio das diferenças na escola**. São Paulo: Vozes, 2008.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2014.

SKLIAR, C. **Um olhar sobre a diferença**. Porto alegre: Mediação, 2016

VIEIRA, C. R. **Bilinguismo e Inclusão. Problematizando A Questão**. São Paulo: Appris, 2014.

WITT, P. R. **Surdez – Silencio em voo de borboleta**. São Paulo: Movimento,2016.